

O Partido Liberal dos tempos de Rui Barbosa aos desafios de hoje

Alex de Madureira



Em 1913, o Partido Republicano Liberal lançou como candidato a presidente da república o baiano Rui Barbosa, ex-deputado, senador e ministro. Ele obteve 300 mil votos com um extenso programa reformista, que reafirmava o compromisso dos liberais brasileiros com a pluralidade das ideias, o liberalismo econômico e a diminuição das desigualdades sociais. Ideias de civilidade contrastavam com ideias vigentes de um país governado pelo "sindicato dos governadores", representantes das oligarquias, tendo à frente o então presidente da república da época, Hermes da Fonseca.

Há quase 110 anos, nos opunemos à presença dos militares no comando da política, reconhecendo, entretanto, seu papel estratégico e importante para a sociedade. Mantivemos assim a visão de que, como cidadãos, eles podiam livremente se manifestar, inclusive candidando-se a cargos eletivos. As Forças Armadas, ontem e hoje, cumprem o preceito de serem obedientes às instituições constitucionais e assim permanecem até o século XXI.

Desde então, adotamos como compromisso e referência para

nossa trajetória o direito de legislar sobre os processos civis, comerciais e criminais envolvendo a sociedade brasileira. Fortalecendo, dessa forma, o Supremo Tribunal Federal e o habilitando à jurisprudence unificada, na interpretação das leis destas áreas citadas. Reconhecemos, também à época, o direito do Poder Legislativo para intervir nos conflitos econômicos entre os Estados, caso ameaçassem a paz da União, especialmente sobre impostos, taxas e despesas fiscais.

Também daqueles dias, e da lavra do incansável Rui Barbosa, o compromisso de que caberia ao presidente da república a prerrogativa de vetar o orçamento votado pelo Congresso Nacional e também de impor o sigilo ao nacional, como garantia da sua moralidade e independência, segundo a opinião e exemplo de outras nações livres. O voto livre e indevidável e outras das conquistas dos liberais no Brasil em mundo. Pro-pugnávamos, e ainda hoje assim procedemos, aconselhando cautela contra todas as possibilidades de fraudes no campo eleitoral.

Como candidato civil em 1913, Rui Barbosa dirigiu importante documento à nação, intitulado "O Que Não Farei", elencando 18 pontos compromissos

últimos tempos tanto a têm pro-vado, para as suas energias morais, as suas qualidades necessárias à sua própria conservação". Lido com os olhos de hoje, depois de uma pandemia cruelíssima, os apelos do velho Rui permanecem atuais. Não há país forte sem eleições livres e democráticas, como a que enfrentamos em outubro deste ano: sem desenvolvimento econômico; sem pleno emprego para os nossos cidadãos; e sem educação para todos. Estes são desafios que devemos enfrentar para promovermos a igualdade social. Ontem, como hoje, o Partido Liberal mantém-se fiel à sua história de compromissos com a sociedade piracicabana e brasileira.

Os piracicabanos precisam voltar a acreditar que, como ontem, é importante ter sob o seu olhar e aperto de mãos os seus próprios deputados

para a alteração da situação jurídica institucional e da ordem econômica daqueles dias. Entre eles estava a obediência aos pontos de vista dos tribunais constitucionais, que desde então sofriram como o apadrinhamento dos seus quadros. Não abrimos mão, desde então, dos contratos firmados pela nação, procurando sempre o necessário equilíbrio entre as finanças do Tesouro e as demandas da sociedade.

Outro aspecto relevante daquele documento foi o desaconselhamento da presença de forças policiais ou militares em períodos eleitorais, a não ser em caso de desordem, em todos os recantos do Brasil, da "dolorosa experiência dos sofrimentos, que estes

últimos tempos tanto a têm pro-vado, para as suas energias morais, as suas qualidades necessárias à sua própria conservação". Lido com os olhos de hoje, depois de uma pandemia cruelíssima, os apelos do velho Rui permanecem atuais. Não há país forte sem eleições livres e democráticas, como a que enfrentamos em outubro deste ano: sem desenvolvimento econômico; sem pleno emprego para os nossos cidadãos; e sem educação para todos. Estes são desafios que devemos enfrentar para promovermos a igualdade social. Ontem, como hoje, o Partido Liberal mantém-se fiel à sua história de compromissos com a sociedade piracicabana e brasileira.

Os piracicabanos precisam voltar a acreditar que, como ontem, é importante ter sob o seu olhar e aperto de mãos os seus próprios deputados. Confiar seu voto apenas aos encantos das redes sociais é se manter à margem, sem compromissos sólidos, atendimento dedicado e decente. Nas mãos de cada eleitor, está uma decisão importante para o futuro da nossa cidade.

Alex de Madureira, deputado estadual pelo PL (Partido Liberal) na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)

Professora Bebel



Neste artigo, lamentavelmente, não abordar o clima de violência e apreensão que ameaça marcar as eleições gerais deste ano. O covarde assassinato do nosso companheiro Marcelo Arruda, dirigente do Partido dos Trabalhadores em Foz de Iguaçu (PR), foi o ápice de um período em que diversos episódios violentos foram protagonizados por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Esses episódios são resultado direto da retórica e das atitudes brutais de Bolsonaro e seus aliados, que incitaram e continuam incitando ocorrências deste tipo de violência.

Marcelo Arruda, guarda municipal cuja trajetória política, de acordo com a família e amigos, foi marcada por uma postura elevada e conciliadora, teve uma atitude heroica em seus últimos momentos de vida. Cliente de que o assassino poderia atingir em mais pessoas, inclusive crianças que estavam em sua festa de aniversário de 50 anos, mesmo ferido de morte, Marcelo não se entregou, impossibilitando que ferisse mais gente.

A violência de bolsolonistas vai além desses fatos terríveis. Ela é uma violência política e institucional cotidiana e se configura como uma incontrolável violência contra a própria democracia, que eles buscam concretizar por meio de um golpe, colocando desde já em dúvida dos resultados eleitorais, pois todas as pesquisas de intenção de voto se mostram desfavoráveis à permanência do atual governo.

É gravíssimo que parte da alta cúpula do Exército se envolva nesse tipo de especulação golpista e contribua para gerar um clima de insegurança institucional no nosso país. O golpe de 2016 mergulhou o país na atual crise e nos levou a uma situação na qual o Brasil voltou a figurar na Agenda da Fome do Mundo. Volvamos a ter casos de crianças que nascem subnutridas em decorrência de deficiência alimentar da mãe, algo que há quase 20 anos não ocorria em nosso país. Além de preparar o clima para um possível golpe contra a democrá-

cia - que somente a mais intensa e ampla mobilização social poderá prevenir e impedir - Bolsonaro, em seu desespero para não perder o poder, apelá para todo tipo de manobra. A recente aprovação do Auxílio Brasil é não apenas uma manobra eleitoral, mas embute novos perigos para a democracia. Sim, é verdade, o povo precisa de muito mais que os R\$ 600,00 aprovados, e o PT votou favoravelmente. Porém, fica evidente o caráter de torçador da medida quando se limita seu prazo de vigência a 31 de de-

zembro deste ano. Essa e diversas outras medidas previstas na PEC aprovada (como auxílio-bolsistas e caminhoneiros) poderiam ter sido tomadas há muitos meses, mas o governo Bolsonaro sempre as rejeitou. Mas o maior perigo da nova lei é a decretação do estado de emergência, que o PT contestará judicialmente, porque essa medida pode, eventualmente, facilitar a concretização de intenções golpistas.

Esse é o quadro preocupante que estamos vivendo. Contraditoriamente, estamos vivenciando também um crescente clima de esperança. Mais e mais pessoas do povo e personalidades importantes aderem ao movimento Juntos pelo Brasil e querem ajudar a precandidatura do nosso querido presidente Lula, para que as eleições presidenciais se resolvam já no primeiro turno, reduzindo as possibilidades de uma aventura golpista. Em São Paulo, pela primeira vez se apresenta um quadro que possibilita a eleição de um governo democrático-popular com professor Fernando Haddad, agora reforçado com o apoio de Marco França, pré-candidato ao Senado.

Com confiança e esperança, vamos construir juntos dias melhores para São Paulo e o Brasil.

Professora Bebel, deputada estadual pelo PT

Vitória aos comerciários!

Luiz Carlos Motta



Sob frequentes no Congresso Nacional as ameaças aos direitos da classe trabalhadora. Atenção a estas afrontas, tenho reforçado as minhas atenções na Casa a fim de evitar retrocessos. Foi o que se viu na terça-feira, 12, quando a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara (CTASP) aprovou parecer por mim elaborado pela rejeição do PL 6603/19, do qual fui relator. Nesta condição, fiz forte oposição e esbocei a intenção de prejudicar a vida dessa laboriosa categoria em função de lucros. A minha rejeição foi aprovada pela única comissão destinada a analisar o mérito da proposta. Mais de 12 milhões de trabalhadores em todo o Brasil se alegraram de serem beneficiados com a possibilidade de negociação de jornada de trabalho de forma individual, em vez de coletiva, como é prática na ca-

tegoria há vários anos. Agora, a expectativa é de que seja arquivada.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA - De autoria do deputado Paulo Ganime (Novo RJ) a matéria tinha como objetivo alterar a lei que trata da regulamentação do exercício da profissão de comerciário, na intenção de adequar a jornada de trabalho da categoria à dos trabalhadores em geral. O projeto permitia que a jornada fosse alterada por meio de acordos individuais. Por isso, defendi a exigência da negociação coletiva para alterar a jornada de trabalho dos empregados no comércio.

LEI 12.790 - É importante ressaltar que essa jornada de trabalho é estabelecida em convenção coletiva com a participação dos sindicatos, conforme a Lei 12.790/13, que trata da regulamentação da Profissão de Comerciário, conquistada pela unidade nacional do movimen-

to sindical dos empregados no comércio. Entre outras garantias, ela dispõe que, em termos de rezevamento, seja admitida a jornada de seis horas, sendo proibido o trabalho do mesmo empregado em mais de um turno, salvo negociação coletiva.

PROTEÇÃO - Trago comigo o orgulho de ser o primeiro deputado federal por São Paulo, na Câmara, reafirmo o meu posicionamento pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores fazendo valer a afirmação que sempre defendo: Trabalhador forte é aquele que conta com a proteção coletiva e não individual. Essa vitória dos comerciários di-

ante de uma matéria que tinha como objetivo alterar a lei que trata da regulamentação do exercício da profissão de comerciário fortalece o poder de negociação. VHS - Os comerciários representam a maior categoria de trabalhadores urbanos do Brasil e, durante a pandemia, na prestação de serviços essenciais, ficaram expostos à contaminação da Covid-19 saúde com o registro, infelizmente, de adoecimentos e óbitos. Isso porque, os comerciários são a linha de frente no atendimento ao grande público e estiveram o tempo todo em contato direto com os clientes, além do manuseio de dinheiro, cartões e mercadorias. Precisamos estar vigilantes porque tentativas de enfraquecer os trabalhadores com retirada de direitos, a exemplo do PL 6603/19, assemelham-se a vírus que atacam e tempo todo, mas cada um com uma estratégia diferente.

Luiz Carlos Motta, deputado federal (PL/SP)

Houve um dia Mata Atlântica

José Renato Nalini



A cupidéz não engar os benefícios da nossa preservação. É egoísta e surda ao clamor da ciência e do resíduo de delíuz que se verifica em alguns setores infortnírios, porque a ganância - rima com ignorância - os que mais prosperam em nossos tristes tempos.

Acabar com o habitat natural é condenar-se ao término da experiência existencial que se desenvolveu durante milhões de anos. Embora 72% da população brasileira ocupe áreas que um dia foram o que se chamou "Mata Atlântica", a sociedade parece anestesiada pelos fanatismos fundamentalistas que aceleraram o curso do fim da História. Acabar com o habitat natural é condenar-se ao término da experiência existencial que se desenvolveu durante milhões de anos, até que a humanidade resolvesse suicidar-se. Não há outra explicação! Polres crianças, que sequer saberão que um dia houve uma tal Mata Atlântica.

José Renato Nalini, relator da Uniregstral, docente da Pós-graduação da Uninove, presidente da Academia Paulista de Letras (APL); foi presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

A defesa de todos nós

Paiva Netto



Comandado educador norte-americano Booker T. Washington (1856-1915) - primeiro presidente da lendária Tuskegee Normal and Industrial Institute (hoje Universidade de Tuskegee), no Alabama (EUA), se dedicou a criar condições melhores de crescimento individual para os ex-escravos e seus descendentes e para os indígenas - escreveu: "Não há defesa ou segurança para nenhum de nós a não ser na mais alta inteligência e desenvolvimento superior de todos". A relevância das palavras deste que foi conselheiro de presidentes dos Estados Unidos fala por si mes-

ma em virtude de seus incansáveis esforços e coragem. Não foi a toa que ele tornou-se um dos maiores e mais influentes oradores da comunidade negra de seu país. É evidente que, hoje, essa reflexão se aplica a toda a raça humana, o Capital de Deus, consonte seguramente de sejava, na profundidade de seus anseios, o infatigável dr. Booker, cuja Alma vislumbrava um futuro em que o racismo, que considero um cancro social, não mais exista.

José de Paiva Netto, jornalista, radialista e escritor. E-mail: paivanetto@lbv.org.br. Site: www.boavontade.com.



Charge publicada por volta de 1982 em "A Tribuna Piracicabana", de autoria de Edson Rontani. As charges sempre ocuparam uma posição de interesse nos jornais ao redor do mundo. Criticam comportamentos, satirizam personalidades e servem para desestressar o leitor cercado de notícias nem sempre de bom grado. As charges atuam como complemento à uma situação e tentam o jornalismo mais clássico, tendo migrado para a televisão e para a internet. O desenho, feito todo em nanquim, é o modelo da contemporaneidade. Ao longo de seus 40 anos como chargista, Rontani publicou nos principais veículos impressos de grande porte. (Edson Rontani Júnior)

A TRIBUNA
PERICACABANA
Data de fundação: 01 de agosto de 1974
(diário matutino - circulação de terça-feira a domingo)
Fundador e diretor: Evaldo Vicente
Gerente: Sidnei Borges
SB - Jornais Regionais - EIREL - 27.859.199/0001-64
Rua Madre Cecilia, 1770 - Piracicaba/SP - CEP 13.400-490
Tel. (19) 2105-8555
IMPRESSÃO: Jornais TRP Ltda, rua Luiz Gama, 144 - CEP 13.424-570
Jardim Caxambu - Piracicaba/SP, tel 3411-3309

Bancas onde estão disponíveis exemplares do Jornal A Tribuna Piracicabana

- Banca Parafuso - Av. Barão de Serra Negra s/n
- Banca Dois Corregos - Av. Dois Corregos, 540
- Livraria São Paulo - Av. São Paulo, 399
- Banca do Pilon - R. XV de Novembro (atrás da Catedral)
- Revistaria da Estação Rodoviária (Jornais e Revistas)